



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

**PROJETO DE LEI N° , DE 2020**

Dispõe sobre a concessão de empréstimos para empresas do setor privado, com juros subsidiados e carência e prazos facilitados, para quitação da folha de pagamento no período de até três meses, devido o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** A União, por meio do Tesouro Nacional, irá disponibilizar um total de duzentos e setenta bilhões de reais às empresas do setor privado ao longo de três meses (noventa bilhões por mês), a título de empréstimo subsidiado, exclusivamente para quitação da folha de pagamentos durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

**Art. 2º** A disponibilidade dos recursos será por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Brasil e demais instituições financeiras.

**Parágrafo único.** Nas referidas operações de empréstimo não será permitido qualquer tipo de taxa ou remuneração econômica para as instituições financeiras.

**Art. 3º** As empresas que optarem pelo empréstimo se comprometem a não demitir o trabalhador até o fim do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020

**Art. 4º** O procedimento para a concessão do empréstimo deverá ser o mais simples e rápido possível, devido à urgência do momento, sem a necessidade de apresentação de garantias e certidões negativas de qualquer natureza.

SF/20642.03354-80



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

**Art. 5º** A carência para pagamento do empréstimo será de dois anos para micro e pequenas empresas e de um ano para as demais a contar da operação.

**Art. 6º** O empréstimo será concedido com juros de 0,25% ao ano para as micro e pequenas empresas (faturamento até 4,8 milhões de reais) e de 1% ao ano para as demais.

**Art. 7º** O prazo para pagamento será de até 120 meses para micro e pequenas empresas e de até 60 meses para as demais.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A pandemia mundial devido ao Covid-19 (Coronavírus) é uma das piores crises humanitárias deste século. O número de pessoas infectadas cresce exponencialmente, bem como o número de mortes.

As soluções para a crise passam pelo isolamento social das pessoas, buscando-se achatar a curva do contágio, de modo a reduzir ao máximo o número de pessoas infectadas e mortes.

Com a pandemia, veio também uma crise econômica de grandes proporções que deve reduzir em muito a taxa de crescimento da economia, podendo levar a uma grande recessão. Os Estados Unidos lançaram pacote de ajuda de dois trilhões de dólares, em virtude da magnitude do problema.

O momento é crítico e precisamos demonstrar que o Senado Federal está buscando alternativas e soluções para mitigar os efeitos desta crise de grandes proporções.

Em virtude disto, propomos um Projeto de Lei que garante recursos para as micro e pequenas empresas e para as demais, que são a base do setor produtivo deste país e grandes geradores de emprego. Esses recursos estão atrelados ao compromisso das empresas que obtém o benefício de não demitirem seus funcionários.

A economia brasileira vinha se recuperando lentamente da recessão e recuperando postos de trabalho. Com a crise e a incerteza, teremos demissões

SF/20642.03354-80



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

em massa no Brasil. São necessárias medidas inovadoras que busquem conter essas demissões que irão prejudicar ainda mais o país, os trabalhadores e suas famílias.

São essas as razões pelas quais pedimos aos Pares o apoio a este Projeto de Lei, em caráter de urgência.

SF/20642.03354-80

Sala das Sessões,

Senador OMAR AZIZ

Senador DAVID ALCOLUMBRE